

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

PROVA ORAL

MALOTE 4

GRUPO I – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Supondo que o Congresso Nacional tenha aprovado lei que disponha sobre a uniformização da tramitação de processos perante todos os tribunais de contas existentes no país, com o propósito de garantir os direitos dos respectivos jurisdicionados ao devido processo legal nessas esferas, atenda, com base na Constituição Federal, ao que se pede a seguir.

- a) Discorra sobre a competência constitucional para legislar acerca da matéria.
 - b) Identifique o órgão ao qual cabe a iniciativa para o respectivo projeto de lei.
 - c) Esclareça se é juridicamente possível medida provisória (federal ou não, conforme o caso) dispor sobre o assunto.
-

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I
PROVA ORAL
MALOTE 4
GRUPO I – DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 2

Em relação ao lançamento fiscal e à decadência tributária, atenda ao que se pede a seguir.

- a) Defina lançamento fiscal e discorra sobre as modalidades de lançamento previstas no CTN.
 - b) Defina decadência e, à vista das modalidades de lançamento previstas no CTN, indique os termos iniciais do prazo decadencial para as seguintes situações:
 - i) crédito tributário regularmente apurado e informado pelo contribuinte, sem a realização do respectivo pagamento;
 - ii) crédito tributário regularmente apurado e informado pelo contribuinte, com a realização do pagamento parcial do valor devido.
-

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I
PROVA ORAL
MALOTE 4
GRUPO I – DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

QUESTÃO 3

Em agosto de 2010, o governador do DF editou decreto determinando a contratação imediata e urgente de empresa privada para prestar serviços de reparos em determinados pontos turísticos de Brasília. A execução do contrato, no valor total de R\$ 6.000.000,00 — em seis parcelas mensais de R\$ 1.000.000,00 —, iniciou-se em setembro do mesmo ano e findou em fevereiro de 2011. O valor do contrato era menor que a dotação orçamentária existente para reparos dessa natureza. O contrato foi assinado e o empenho global no valor total da avença realizado.

Considerando que contratar implica contrair obrigação de despesa, para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que na situação hipotética descrita, o contrato não continha nenhum vício de ordem administrativa, faça o que se pede a seguir.

1. Indique a condição prevista na LRF que teria possibilitado a contratação da referida obrigação, considerando que o mandato do governador estava no fim.
 2. Explícite o procedimento que deveria ter sido adotado, ao final de 2010, em relação aos valores empenhados para as parcelas de janeiro e fevereiro de 2011.
 3. Aponte o tipo de recurso que deveria ter sido usado para pagar os valores relativos aos dois meses de 2011.
-

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

PROVA ORAL

MALOTE 4

GRUPO II – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 4

O DF procedeu à desapropriação, por utilidade pública, de um terreno baldio situado em área urbana de grande densidade demográfica, com o fim de edificar uma escola de ensino fundamental e, após anos de inércia, construiu em parte (metade) do terreno um posto de saúde, tendo cedido, fora das hipóteses legais, a parte remanescente a terceiros.

Em face dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, às seguintes indagações.

- a) Está caracterizada a tredestinação?
 - b) A destinação dada ao imóvel induz retrocessão?
 - c) O proprietário desapropriado tem direito à devolução de todo o imóvel, somente de parte dele (a cedida a terceiros) ou somente a perdas e danos?
-

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**

PROVA ORAL

MALOTE 4

GRUPO II – DIREITO URBANÍSTICO

QUESTÃO 5

A outorga onerosa do direito de construir e a outorga onerosa de alteração de uso são instrumentos criados para execução da política de desenvolvimento urbano, inclusive no DF, e implicam a obrigatoriedade de pagamento de contrapartida pelos beneficiários das referidas outorgas urbanísticas. No entanto, por algum tempo, surgiram discussões ainda não resolvidas de modo definitivo, acerca da natureza jurídica dessa contrapartida, inclusive, perante o Poder Judiciário.

Desse modo, discorra sobre os dois instrumentos acima mencionados, abordando os conceitos básicos de cada um, a discussão que se estabeleceu acerca da natureza jurídica da contrapartida, às vezes exigível em dinheiro, consoante doutrina e jurisprudência brasileiras, e os posicionamentos adotados pelo TJDFT e pelo STF.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I
PROVA ORAL
MALOTE 4
GRUPO II – DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 6

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM) licenciou empreendimento, a ser implantado no território do DF, em área de proteção ambiental instituída pela União, que causará impacto ambiental de âmbito local. Em decorrência disso, foi ajuizada contra o IBRAM ação civil pública com vistas à anulação do licenciamento, sob o fundamento de que este deveria ter sido promovido pelos órgãos ambientais do DF e da União, já que o empreendimento será implantado em unidade de conservação instituída pela União.

Em face dessa situação hipotética, apresente argumentos para afastar os fundamentos jurídicos da ação civil pública, analisando, especificamente, a competência do IBRAM para o licenciamento do empreendimento.

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**

PROVA ORAL

MALOTE 4

GRUPO III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 7

Considere que, embargado acórdão para se suprir determinada omissão, os embargos tenham sido rejeitados e o tribunal tenha-se recusado a manifestar-se sobre a matéria. Em face dessa situação hipotética, estabeleça a diferença de tratamento a ser dado pelo advogado por ocasião da interposição de recurso especial e de recurso extraordinário.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I
PROVA ORAL
MALOTE 4
GRUPO III – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 8

O governo do estado A, para implantar programa social de moradia popular, resolveu lotear determinada área, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 6.766/1979. O memorial de loteamento foi submetido ao registrador imobiliário competente, que, ao examinar a documentação, apontou três exigências que deveriam ser cumpridas, de forma a permitir o registro do memorial de loteamento. O governo, contudo, não pôde solucionar uma das exigências formuladas, que estabelecia a necessidade da prévia extinção do condomínio comum existente entre o governo e um particular.

Nessa situação hipotética, o que pode fazer o governo do estado A? Justifique a sua resposta.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

PROVA ORAL

MALOTE 4

GRUPO III – DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 9

A sociedade anônima W arrendou imóvel de propriedade da sociedade limitada Z, onde esta sociedade explorava atividade empresarial consistente em um supermercado. A sociedade W continuou a explorar a mesma atividade, tendo se aproveitado das instalações já existentes no local e alterado apenas o título do estabelecimento. A sociedade limitada Z praticamente cessou suas atividades e há indícios de que ela se encontra insolvente e tem débitos inadimplidos perante a fazenda distrital, anteriores ao arrendamento.

Com base na legislação pertinente e no entendimento doutrinário majoritário, atenda, de forma fundamentada, ao que se pede a seguir.

- a) Com base na situação hipotética acima descrita, apresente argumentos favoráveis e contrários à tese de que a fazenda pode cobrar, da sociedade W, o débito fazendário da sociedade limitada Z em razão do referido arrendamento.
 - b) Conceitue estabelecimento empresarial, explicitando sua classificação como objeto de direito e os elementos que o compõem.
 - c) Conceitue fundo de comércio, clientela, ponto comercial e aviamento, diferenciando aviamento subjetivo e objetivo.
-